



**Bloco de Esquerda**

## **CONFERÊNCIA DE IMPRENSA**

### **BE BARCELOS**

#### **Assunto: indemnização da CMB à empresa ADB**

O Bloco de Esquerda de Barcelos realizou, hoje, uma conferência de imprensa para tomar posição política sobre a decisão do Tribunal Arbitral de Lisboa, em resposta a uma acção accionada pela empresa Águas de Barcelos contra a Câmara Municipal de Barcelos.

A demandante do processo, ADB – Águas de Barcelos, alegou que a concedente do contrato, CMB – Câmara Municipal de Barcelos, não está a cumprir um dos objectivos do contrato celebrado, invocando para tal o diferencial entre o caudal de consumo previsto no Caso Base e os totais anuais de abastecimento efectivamente verificados. Está articulado no referido contrato, que desde já apelidamos de ruinoso para a entidade pública – Câmara Municipal à altura (2004) sob domínio político do PSD e do presidente Fernando Reis, que é previsto um consumo médio per/capita de 126 litros num rácio de 3 habitantes por contador, com aumentos sucessivos de 3 litros por ano de contrato até estabilizar num valor médio de 165 litros em 2018. A leviandade do negócio começa logo por aqui. Com que fundamento se estabeleceu o Caso Base que levou a estas médias. Reparem bem que segundo os critérios estabelecidos em 2010 o consumo médio previsto é de 141 litros per/capita quando o consumo realmente verificado não ultrapassou os 70 litros. Isto quer dizer que a Câmara está a pagar à empresa 70 litros de consumo diário por habitante, como forma de compensação contratual. Vejam bem o que isto representa em termos financeiros e o prejuízo do serviço público que acarreta para o concelho

Não há nenhum estudo minimamente credível que suporte estes valores de rateio. Os enviesados pressupostos de aumento da população e de aumento da capitação assentam em condições irrealistas. Considera-se, por exemplo, que a população aumentaria na proporção de 1%, ou demograficamente mais correcto – 10‰, quando a realidade foi de um crescimento de 4‰ nos primeiros anos de contrato e crescimento praticamente zero a partir de 2007. Dado que o consumo total, sob o qual se obtém a média, engloba consumos domésticos, serviços, comerciais, industriais..., nada foi previsto quanto à diminuição destas actividades, nomeadamente a obrigatória diminuição de consumos por encerramento de empresas e comércio.

Tratando-se de um concelho iminentemente rural em que a maior parte da população tem outros meios de abastecimento de água, nomeadamente poços, o que diminui substancialmente o consumo pela rede pública, como é aceitável prever valores médios equivalentes a concelhos totalmente urbanos? O Porto tem um consumo médio de 138 litros per/capita.

Logo no primeiro ano de concessão (2005) regista-se um rácio negativo de 24,4% entre o estabelecido como média de consumo a partir do Caso Base e o consumo efectivo. Valor este que aumenta sucessivamente nos anos seguintes – 2006 / 43%; 2007 / 52,3%; 2008 / 59% ; 2009 / 57,7%. Isto significa que nestes primeiros 5 anos de concessão a quebra é de 50,11%, ou seja, era previsto um consumo de 24.912.247 m<sup>3</sup> ocorrendo efectivamente um consumo total de 12.429.493 m<sup>3</sup>. Como é possível que perante este diferencial não tenha sido feito um reajustamento de valores, aliás como o próprio contrato prevê no final dos primeiros cinco anos?

O falacioso argumento apresentado, agora, pelos autarcas dessa legislatura, o mesmo presidente do PSD, é que estavam em período eleitoral e não era conveniente tratar do assunto. Acontece que já estava preparado um aumento de tarifário na ordem dos 38% e um prorrogamento do tempo de contrato para equilibrar esta diferença de rendimento por parte da empresa.

O PS ganha as autárquicas tendo como bandeira de campanha a remunicipalização do serviço e com a demagoga promessa de baixar em 50% os tarifários de consumo. Neste caso, o BE sempre disse que apoiava as pretensões do PS em remunicipalizar todo o serviço de abastecimento de água ao domicílio e tratamento das águas residuais, mas que discordava com a medida panfletária, infundada e meramente eleitoralista da redução de preços. Tomado o poder o PS tinha que dar saída a esta promessa. É lógico que não podia corresponder favoravelmente às pretensões da empresa que eram as de subir drasticamente o tarifário, o de alargar o período de concessão e o de pagar a indemnização correspondente aos anos anteriores. Aqui também somos críticos da actual vereação, e muito especialmente do presidente, na medida em que não demonstrou aptidão política para gerir o caso aprisionando a discussão numa redoma inviolável.

O que é que esta decisão judicial implica de imediato – pagamento no prazo de 30 dias de 24,6 milhões € referentes ao período de 2005 a 2009, altura que o anterior executivo poderia ter accionado um plano de reestruturação e em vez disso aprovou um aditamento de contrato designado por “Obras do Concedente” em que formaliza a imputação ao município das obras participadas, numa clara atitude subjugação aos interesses da empresa. Acresce ao valor referido a indemnização de 11,8 milhões € respeitantes aos anos de 2010 e 2011, o que perfaz 36,4 milhões €, qualquer coisa como mais de metade do Orçamento Municipal para o corrente ano. Caso não faça este pagamento pode ter implicações de penhora das contas, hipoteca do património municipal ou retenção de 20% das transferências da Administração Central, assim como outras sanções, o que implica uma situação de ruptura financeira do actual executivo camarário.

Fica ainda com a incumbência de um pagamento anual de 5,9 milhões € até final da concessão, o que perfaz uma indemnização total de 172 milhões €.

Acresce dizer que a possibilidade de recurso está inviabilizada porque a concedente (CMB) prescindiu de tal ao aceitar que a sede de litígio fosse o Tribunal arbitral, neste caso incompreensível, ou não, de Lisboa.

E aqui aparece outra das malfeitorias deste contrato. Os termos do contrato para concurso público internacional, apresentado na Assembleia Municipal em

2004, que foi aprovado pela maioria PSD – que obviamente o BE votou contra, foi substancialmente alterado quando da celebração de contrato com a empresa Águas de Barcelos. Se há questões de pormenor que podem ser entendidas por ajustamento ao contratualizado, já não pode ser aceite questões como: mudança da sede de litígio do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto para o Arbitral de Lisboa. Só se compreende por imposição da empresa concessionária dado que o maior accionista é a SOMAGUE com 70% de capital. Também se verificou uma alteração das regras de concurso público o que fez com que toda a obra esteja a cargo da SOMAGUE ou do outro accionista que é ABB – parceiros estratégicos do Domingos Névoa. Aliás, o acórdão agora proferido pelo Tribunal Arbitral faz alusão a estas situações nas suas páginas 228, 229, 230.

Percebe-se que o negócio estava montado em conluio com o partido que suportava o executivo camarário, que nem sequer salvaguardou a instituição enquanto consumidor - é o maior cliente da empresa, cerca de 10%. O articulado é perfeitamente leonino em que o hipotético prejuízo está sempre do lado da autarquia. O reequilíbrio financeiro, contratualizado nos moldes em que está, salvaguarda todo o risco de negócio para a empresa e dá cobertura a todo o incumprimento dos objectivos acordados.

Perante uma situação tão gravosa quanto esta, que coloca a Câmara Municipal à beira da insolvência, o BE, para além de dizer o que sempre disse e que faz parte da nossa matriz política, *a água não é uma mercadoria a comercializar mas sim um bem público e como tal só pode ser gerida por entidades públicas* – repare-se a este propósito que a discussão é perversa porque se centra num diferencial para consumir mais quando a lógica ambiental e de preservação de um bem vital é, obrigatoriamente, a de consumir menos e conservar mais. Aliás a este propósito, fomos o único partido político barcelense que promoveu uma conferência pública sobre a remunicipalização do serviço de água no concelho. Considerando nós, BE Barcelos, que o problema ultrapassa as fronteiras do local e tem de ser visto numa escala nacional, o BE, através do seu grupo parlamentar na AR irá colocar a questão no parlamento e ao governo. Por outro lado, o Gabinete Jurídico do BE está a analisar a possível fundamentação para intentar uma queixa-crime ao MP contra os signatários da vereação da CMB que aprovaram o referido contrato de concessão, porque consideramos que este é lesivo aos interesses da população e configura indícios fraudulentos. Em termos locais o BE exige uma resposta rápida e estratégica por parte do poder camarário em exercício, no sentido de defesa judicial do caso e da criação de alternativas à preocupante situação. A população precisa de ser esclarecida e de perceber o que está em causa. E porque consideramos que os grandes prejudicados, sem qualquer culpa, são os cidadãos barcelenses que em nada têm beneficiado com a privatização dos serviços – preços cada vez mais elevados, manipulação da empresa a obrigar ligação à rede e agora um garrote financeiro – o BE Barcelos pretende mobilizar a população através de uma petição pública a ser subscrita por todos os barcelenses que assim o entendam, no sentido de pressionar a câmara municipal e o governo central a accionarem os procedimentos para anulação do contrato e, por outro lado, criar condições para a manifestação da indignação perante tão vergonhoso contrato

que só demonstra como alguns autarcas desprezam as populações que os elegem.

A bem da democracia, pela verdade dos factos e sempre na defesa do interesse público,

24 de Janeiro de 2012

A Comissão Concelhia de Barcelos do BE